

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO
PÚBLICO Nº 006/2022

O Secretário de Estado da Administração de Goiás – SEAD, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste termo e demais normas pertinentes à matéria, TORNA PÚBLICO o Primeiro Termo de Retificação do Edital de Abertura nº 006/2022, conforme segue:

Art. 1º Fica **RETIFICADO** o item 3 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração dos subitens 3.1.2, 3.1.6 e 3.1.10, passando a conter a seguinte redação:

3.1.2 ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo dos direitos políticos nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil; ~~estar em gozo dos direitos políticos;~~

3.1.6 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data ~~da posse de matrícula no Curso de Formação;~~

3.1.10 comprovar, ao tempo da posse, os requisitos exigidos para o cargo (diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ~~graduação nível superior~~ em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo, categoria “B”);

Art. 2º Fica **RETIFICADO** o item 6 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do subitem 6.3, passando a conter a seguinte redação:

6.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 3º da Lei Estadual nº 14.715, de 04 de fevereiro de 2004, as que se enquadram nas categorias de I a ~~V~~ V a seguir:

V - Transtorno do Espectro Autista, nos termos da Lei Estadual n. 19.075/2015.

Art. 3º Fica **RETIFICADO** o item 9 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração das Tabelas 9.1 e 9.2, e subitem 9.2, passando a conter a seguinte redação:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR								
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER	
- Agente de Polícia Civil da 3ª Classe - Escrivão de Polícia da 3ª Classe	1ª	Prova Objetiva	Conhecimentos Gerais					Eliminatório e Classificatório
			Língua Portuguesa	10	0,4	04		
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	04	0,4	1,6		
			Raciocínio Lógico	05	0,4	02		
			Conhecimentos Específicos					
			Noções de Direito Administrativo	06	0,4	2,4		
			Noções de Direito Constitucional	07	0,4	2,8		
			Noções de Direito Penal	11	0,4	4,4		
			Noções de Direito Processual Penal	11	0,4	4,4		
			Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial	11	0,4	4,4		
	Noções de Criminalística	05	0,4	02				
	Noções de Medicina Legal	05	0,4	02				
	Noções de Legislação Estadual	05	0,4	02				
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	---	32		
2ª	Discursiva	De acordo com o item 12	01	32	32			
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	64		

	3ª	Avaliação de Aptidão Física	De acordo com o item 13	-----	Eliminatório
	4ª	Avaliação Médica	De acordo com o item 14	-----	Eliminatório
	5ª	Avaliação Psicológica	De acordo com o item 15	-----	Eliminatório
	6ª	Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social	De acordo com o item 16	-----	Eliminatório
	7ª	Curso de Formação	De acordo com o item 17	36	Eliminatório e Classificatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100	-----

TABELA 9.2

NÍVEL SUPERIOR								
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER	
Papiloscopista Policial de da 3ª Classe	1ª	Prova objetiva	Conhecimentos Gerais					Eliminatório e Classificatório
			Língua Portuguesa	10	0,4	3,6		
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	04	0,4	1,6		
			Raciocínio Lógico	05	0,4	02		
			Conhecimentos Específicos					
			Noções de Direito Administrativo	06	0,4	2,4		
			Noções de Direito Constitucional	07	0,4	3,2		
			Noções de Direito Penal	11	0,4	4,4		
			Noções de Processual Penal	11	0,4	04		
			Noções de Criminalística	05	0,4	02		
			Noções de Medicina Legal	05	0,4	02		
			Noções de Legislação Estadual	05	0,4	2,4		
			Noções de Identificação	05	0,4	02		
			Arquivologia	03	0,4	1,2		
	Química, Física e Biologia	03	0,4	1,2				
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	---	32	
	2ª	Discursiva	De acordo com o item 12	01	32	32		
		TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			-----	-----	64	
	3ª	Avaliação de Aptidão Física		De acordo com o item 13	-----	Eliminatório		
	4ª	Avaliação Médica		De acordo com o item 14	-----	Eliminatório		
5ª	Avaliação Psicológica		De acordo com o item 15	-----	Eliminatório			
6ª	Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social		De acordo com o item 16	-----	Eliminatório			
7ª	Curso de Formação		De acordo com o item 17	36	Eliminatório e Classificatório			
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS						100	-----	

9.2 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva e Prova Discursiva são os constantes do Anexo II deste Edital, **legislação a ser aplicada é a vigente no momento da publicação do Edital de Abertura, divulgado na data de 26 de agosto de 2022.**

Art. 4º Fica **RETIFICADO** o item 14 do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração do subitem 14.1.1**, passando a conter a seguinte redação:

14.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 12.4 **e for "apto" na Avaliação de Aptidão Física**, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital. Os candidatos que não forem convocados para a Avaliação Médica na forma do subitem anterior estarão automaticamente eliminados do certame e não terão classificação no concurso.

Art. 5º Fica **RETIFICADO** o item 15 do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração dos subitens 15.9**, passando a conter a seguinte redação:

15.9 **Será considerado inapto para admissão no Curso de Formação – CF/PCGO, o candidato que apresentar as seguintes características** Para a Avaliação Psicológica serão consideradas as seguintes características:

Art. 6º Fica RETIFICADO o item 16 do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração dos subitens 16.5.1**, passando a conter a seguinte redação:

16.5.1 Cópia **autenticada digitalizada** da seguinte documentação:

Art. 7º Fica RETIFICADO o item 20 do Edital de Abertura nº 006/2022, **com acréscimo do subitem 20.4.1**, passando a conter a seguinte redação:

20.4.1 Os recursos contra o resultado de qualquer tipo de prova Discursiva não poderão conter nenhum tipo de identificação do candidato sob pena de não serem analisados.

Art. 8º Fica RETIFICADO o item 24 do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração do subitem 24.6.1**, passando a conter a seguinte redação:

24.6.1 O resultado de cada fase não terá validade para uso outros concursos da Polícia Civil do Estado de Goiás PCGO ou de outras instituições, ressalvado o disposto no subitem 16.17 deste Edital.

Art. 9º Fica RETIFICADO o Anexo I do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração do Requisito dos cargos**, passando a conter a seguinte redação:

CARGO 401: Agente de Polícia da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.
CARGO 402: Escrivão de Polícia da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.
CARGO 403: Papiloscopista Policial da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.

Art. 10º Fica RETIFICADO o Anexo II do Edital de Abertura nº 006/2022, **com alteração do conteúdo programático dos cargos de Agente de Polícia Civil 3ª Classe e Escrivão de Polícia 3ª Classe, nas áreas de conhecimento:** Noções de Direito Administrativo; Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Penal; Noções de Direito Processual Penal e Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial; passando a conter a seguinte redação:

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. **6 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 7 Improbidade administrativa. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. **1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte.** 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, **remédios constitucionais.** 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. **13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. **1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal.** 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. **2.1 Classificação dos crimes.** 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). **3.7 Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.** 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. **12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. **1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal.** 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. **3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão.** 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. **5 Princípios aplicáveis ao processo penal. 6 Sistemas de processo penal. 7 Ação penal. 8 Competência. 9 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo. 10 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 11 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial: 1. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 4. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 5. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 7. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); 8. Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/1996); 9. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 10. Lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984); 11. Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995); 12. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990); 13. Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 14. Crimes previstos na (Lei nº 11.343/2006); 15. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 16. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 17. Crimes previstos na (Lei nº 9.605/1998); 18. Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa); 19. Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal); 20. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade); 21. Lei nº 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 22. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e ao Adolescente. **23 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Art. 11º Fica RETIFICADO o Anexo II do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do conteúdo programático do cargo de Papiloscopista Policial 3ª Classe, nas áreas de conhecimento: Noções de Direito Administrativo; Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Penal; Noções de Direito Processual Penal e Química, Física e Biologia, passando a conter a seguinte redação:

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual nº 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. 6 Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa). **7 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. **1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte.** 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, **remédios constitucionais.** 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.

6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. **13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. **1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal.** 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. **2.1 Classificação dos crimes.** 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). **3.7. Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.** 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 12 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 13 Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 14 Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 15 Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 16 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 17 Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 18 Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 19 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de drogas); 20. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 21 Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 22 Crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente); 23 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade). 24. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente. 25 Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 26 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. **27 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. **1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal.** 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Indícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. **3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão.** 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 5 Juizados Especiais Criminais (Capítulo III da Lei nº 9.099 /1995). **6 Princípios aplicáveis ao processo penal. 7 Sistemas de processo penal. 8 Ação penal. 9 Competência. 10 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário e sumário. 11 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Química, Física e Biologia: QUÍMICA: 1 Classificação dos materiais. 2 Teoria atômico-molecular. 3 Classificação periódica dos elementos químicos. 4 Radioatividade. 5 Interações químicas. 6 Misturas, soluções e propriedades coligativas. 7 Métodos de separação de misturas. 8 Funções químicas inorgânicas. 9 Gases. 10 Propriedades dos sólidos. 11 Estequiometria. 12 Termoquímica. 13 Cinética química. 14 Equilíbrio químico. 13 Eletroquímica. 14 Química orgânica: estrutura, nomenclatura e propriedades físicas e químicas de compostos orgânicos. FÍSICA: 1 Oscilações e ondas: movimento harmônico simples; energia no movimento harmônico simples; ondas em uma corda; energia transmitida pelas ondas; ondas estacionárias; equação de onda. 2 Eletricidade: carga elétrica; condutores e isolantes; campo elétrico; potencial elétrico; corrente elétrica; resistores; capacitores; circuitos elétricos. 3 Óptica: óptica geométrica; reflexão; refração; polarização; interferência. 4 Espectroscopias de absorção e de emissão molecular (fluorescência). BIOLOGIA: 1 Citologia. 1.1 Composição química da matéria viva. 1.2 Organização celular das células eucarióticas. 1.3 Estrutura e função dos componentes citoplasmáticos. 1.4 Membrana celular. 1.5 Núcleo. 1.5.1 Estrutura, componentes e funções. 1.5.2 Divisão celular (mitose e meiose, e suas fases). 1.6 Citoesqueleto e movimento celular. 2 Bioquímica. 2.1 Processos de obtenção de energia na célula. 2.2 Principais vias metabólicas. 2.3 Regulação metabólica. 2.4 Metabolismo e regulação da utilização de energia. 2.5 Proteínas e enzimas. 3 Embriologia. 3.1 Gametogênese. 3.2 Fecundação, segmentação e gastrulação. 3.3 Organogênese. 3.4 Anexos embrionários. 3.5 Desenvolvimento embrionário humano. 4 Genética. 4.1 Primeira lei de Mendel. 4.2 Probabilidade genética. 4.3 Árvore genealógica. 4.4 Genes letais. 4.5 Herança sem dominância. 4.6 Segunda lei de Mendel. 4.7 Alelos múltiplos: grupos sanguíneos dos sistemas ABO, Rh e MN. 4.8 Determinação do sexo. 4.9 Herança dos cromossomos sexuais. 4.10 Doenças genéticas. **5. Histologia.**

Art. 12º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Goiânia/GO, 23 de setembro de 2022

Bruno Magalhães D'Abadia
Secretário de Estado da Administração
Estado de Goiás